

Aumentos de 3,5% custam 280 milhões ao Estado

AS PROPOSTAS SALARIAIS PARA 2008 dos sindicatos da função pública já começaram a chegar ao Ministério das Finanças.

Denise Fernandes
dfernandes@economicasgps.com

Dois sindicatos da função pública propõem aumentos salariais de 3,5% e 5,8% para o próximo ano, valores que, a serem aceites pelo Governo, representariam, no mínimo, um encargo aproximado de 280 milhões de euros para o Estado, ou seja, mais 160 milhões que em 2007.

Os aumentos salariais de 1,5% aplicados em 2006 e 2007 aos cerca de 730 mil funcionários públicos implicaram, segundo o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, uma despesa entre 100 a 120 milhões de euros por ano. Tendo em conta o mesmo universo de funcionários públicos, um aumento salarial de 3,5%, tal como propôs ontem o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), implicaria um gasto aproximado de 280 milhões de euros.

O Ministério das Finanças não comenta a proposta do STE, mas o presidente do sindicato, Bettencourt Picanço, considera que o va-

lor "é mais do que justo". Bettencourt Picanço defende que o Governo "tem margem de manobra" para aplicar um aumento de 3,5% em 2008, tendo em conta que a economia portuguesa "já está a dar sinais de recuperação". Segundo o Banco de Portugal, a economia irá crescer 1,8% este ano e 2,2% em 2008.

Além disso, acrescenta o dirigente sindical, a função pública "tem sido penalizada" nos últimos anos com o congelamento das progressões e com aumentos salariais infe-

Um aumento de 3,5% "é mais do que justo", defende Bettencourt Picanço. As Finanças não comentam.

riores à inflação, que levariam "a uma perda do poder de compra superior a 10% entre 2000 e 2007".

A proposta de actualização salarial do STE parte ainda do valor estimado pelo Banco de Portugal para a inflação, de 2,3%, acrescido dos ganhos de produtividade (1,2%).

O STE foi a única das três estruturas sindicais com assento na negociação salarial que apresentou a sua proposta para 2008 ao Ministério das Finanças. No entanto, segundo apurou o DE, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública irá anunciar a sua proposta dia 14 - um valor próximo a 5,8%. Por sua vez, a Fesap apresentará a sua proposta na próxima semana, que "será um valor acima da inflação", segundo Nóbrega dos Santos.

O Ministério das Finanças ainda não marcou a data para o arranque da negociação com os sindicatos nem o deverá fazer nas próximas duas semanas. O Orçamento do Estado será apresentado a 15 de Outubro. ■

As propostas

O STE propõe aumentos salariais na função pública de 3,5% no próximo ano.

A estrutura sindical reivindica ainda que o subsídio de refeição da função pública passe para seis euros.

O sindicato propõe uma licença de maternidade com opção por mais oito semanas com 80% do salário e uma licença de paternidade de duas semanas.

Um seguro para os trabalhadores do Estado que abranja o período de trabalho e deslocações em serviço é outra das propostas do STE.

A Frente Comum (CGTP) quer aumentos salariais de 5,8%. A Fesap irá decidir na próxima semana.

Salário mínimo de 426,5 euros

CGTP propõe aumento de 23,5 euros para o próximo ano.

A CGTP propôs ontem a fixação do salário mínimo nacional em 426,5 euros no próximo ano, mais 23,5 euros (ou 5,8%) que o valor actual.

Segundo a central sindical liderada por Carvalho da Silva, o objectivo é "respeitar o compromisso de alcançar os 450 euros em 2009 e os 500 euros em 2011", tal como ficou definido no acordo assinado entre os parceiros sociais e primeiro-ministro, José Sócrates, em Dezembro. Tal como tem feito nos úl-

timos anos, a CGTP não definiu um referencial para a actualização dos restantes salários, por considerar que ao nível da contratação colectiva, os aumentos devem variar consoante as con-



Carvalho da Silva
Secretário-geral da CGTP

dições de cada sector.

No entanto, Carvalho da Silva, disse que, tendo em conta que a maioria dos salários em Portugal são baixos, o aumento em 2008 deverá ser próximo do proposto para o salário mínimo, ou seja, de 5,8%.

Segundo a CGTP, a melhoria dos salários em 2008 deverá basear-se numa repartição mais equilibrada do rendimento

entre o trabalho e o capital, devendo assegurar o crescimento real dos salários, tendo em conta o agravamento do custo de vida, a produtividade e a aproximação à média da União Europeia a 15.

"A melhoria dos salários é uma necessidade imperiosa para mudar o rumo do país para melhor", frisou Carvalho da Silva.

Para melhorar os salários, a CGTP defende ainda a actualização dos escalões, dos abatimentos e das deduções do IRS. ■ D.F.